

REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA?

Sabrina Karlla Oliveira de Almeida¹

RESUMO

Ao tratar do tema da justiça hoje é necessário abarcar as demandas por reconhecimento e as demandas por redistribuição, para que se possam compreender os grandes conflitos que permeiam o mundo atual. Contudo, no âmbito das correntes da teoria política contemporânea, a relação entre reconhecimento e redistribuição não exibem consenso tácito. Seria possível dissociá-los, ainda que se tratando de um esforço teórico sistemático? É razoável admitir um descolamento entre a realidade empírica e constructos intelectuais, na abordagem das questões de desigualdade? O tratamento das motivações e reivindicações dos principais conflitos sociais do nosso tempo é tema de fundamental relevância para a ciência política, deve ser perseguido e pode trazer contribuições socialmente relevantes para o debate.

Palavras-chave: Conflito social. Redistribuição. Reconhecimento. Teoria política contemporânea.

ABSTRACT

When dealing with the justice as a subject today is necessary to include the demands for recognition and demands for redistribution, thus we can understand the great conflicts that permeate the current world. However, under the mainstream of the contemporary political theory the relationship between recognition and redistribution do not exhibit tacit consensus. It would be possible to dissociate them, even if it is a systematic theoretical effort? It is reasonable to admit a detachment between empirical reality and intellectual constructs in addressing issues of inequality? The approach of the motivations and demands of the major social conflicts of our time is a fundamentally relevant issue for the political science, it should be pursued and it can bring socially relevant contributions to the debate.

Keywords: Social conflict. Redistribution. Recognition. Contemporary political theory.

A queda da importância política e econômica do Socialismo teve por consequência mudanças na perspectiva dos novos movimentos sociais e fomentou a busca por uma compreensão mais enquadrada das democracias contemporâneas. Isto suscitou novos paradigmas teóricos dos padrões de justiça, ponto fulcral no tema do

¹ Sabrina Almeida é graduada em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco, é mestre em Ciência Política pela mesma Universidade e doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5179695089579437>

reconhecimento social e do capitalismo do nosso tempo. As diferentes concepções de teóricos como Nancy Fraser (2001), Axel Honneth (2003), Charles Taylor (1997), Iris Young (1989) e Will Kymlicka (1995), em relação ao entrelaçamento da economia e da cultura, procuram compreender o conjunto de injustiças existentes a partir dos conceitos de reconhecimento e redistribuição. O debate ganhou força e relevo a partir destes esforços teóricos, na produção de um aparato conceitual que permita investigar os conflitos sociais numa perspectiva mais recente. A partir da literatura pertinente, este trabalho examina pontos convergentes e divergentes destas teorias, e avalia como as questões de reconhecimento estão relacionadas às demandas por redistribuição, nas democracias contemporâneas.

Com as forças de mercado em expansão, a cultura de massa, as migrações e as esferas públicas transnacionais hoje é extremamente complexo delinear os limites culturais. Há uma multiplicidade de culturas que são internamente híbridas. Ainda que se criem esforços, no sentido de padronizar, homogeneizar comportamentos, podemos assumir que as sociedades são em essência etnicamente plurais.

Com base neste cenário, Nancy Fraser (2001), assim como postulado, na década de 1970, por Ronald Inglehart (1971),² parece concordar que existe uma maior ênfase em favor de valores “pós-materiais”, valores individuais de autonomia e autoexpressão, em detrimento de valores materiais. Fraser (2001) acredita que esta “era pós-socialista” acarretou uma nova configuração da ordem mundial, globalizada e multicultural, na qual as lutas por redistribuição vão perdendo a ênfase, e sendo gradualmente substituídas por lutas pelo reconhecimento. Dito de outro modo, os conflitos de classe são suplantados por conflitos de status social, consequências da dominação cultural.

Fraser, destarte, propõe-se a desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, e, ao assumir este compromisso, a autora parte do pressuposto que a justiça hoje exige tanto redistribuição como reconhecimento. É importante salientar esta ressalva, pois Fraser admite o mútuo entrelaçamento entre injustiça econômica e injustiça cultural: “Em suma, só quando o status e classe são considerados em conjunto é que nossas dissociações políticas atuais podem ser superadas” (FRASER; HONNETH, 2003 p. 66).

² INGLEHART, Ronald. The Silent Revolution in Post-Industrial Societies. *American Political Science Review*, n. 65, p. 991-1017, 1971.

Todavia, para fins analíticos, a autora vai trabalhar com uma compreensão dicotômica de injustiça, distinguindo-a em injustiça econômica e injustiça cultural ou simbólica, estando cada uma em um ponto extremo de um espectro. O que caracteriza a primeira é a estrutura econômico-política da sociedade, a segunda está calcada nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação.

Um outro desdobramento teórico da autora trata dos “remédios” para as problemáticas de redistribuição e reconhecimento, aos quais podem ser adotadas medidas afirmativas ou transformativas. As medidas afirmativas têm por objetivo a correção de resultados indesejados deixando, por outro lado, intactos os alicerces que os sustentam. Já os remédios transformativos têm por finalidade a correção dos resultados indesejados pela reestruturação de todo o arcabouço que os produz.

Um aparente contrassenso destes pressupostos é que a política do reconhecimento e a política da redistribuição parecem estar em conflito, como se apresentassem objetivos mutuamente contraditórios. Enquanto a primeira tende a promover a diferenciação do grupo, a segunda tende a desestabilizá-la. Assim, os dois tipos de luta estão em constante tensão; um pode interferir no outro, ou mesmo agir contra o outro (FRASER, 2001). A partir disso, Fraser abriu possibilidades para a refutação de sua teoria, e este foi o limiar para muitos autores desenvolverem novos paradigmas na disciplina.

A grande crítica dirigida a Fraser está na maneira reducionista, polarizada, de abordar estes problemas, além da supervalorização do reconhecimento em detrimento da redistribuição. Iris Young (1989), exponente da corrente pós-estruturalista, rejeitou as distinções entre a ordem econômica e a ordem cultural. Os pós-estruturalistas não admitem a distinção entre a economia e a cultura. Advogam, assim, a desconstrução desta polarização defendida por Fraser (2001), defendem que todas as lutas são simultaneamente econômicas e culturais. (YOUNG, 1989, p. 148):

Fraser is right to be critical of tendencies for a politics of recognition to supplant concerns for economic justice. But her proposed solution, namely to reassert a category of political economy entirely opposed to culture, is worse than the disease. Her dichotomy between political economy and culture leads her to misrepresent feminist, anti-racist and gay liberation movements as calling for recognition as an end in itself,

when they are better understood as conceiving cultural recognition as a means to economic and political justice.³

Young assume que estas dimensões devem ser consideradas de maneira integrada, objetiva, assim, pluralizar as categorias. Um outro argumento usado em favor desta categorização é que os grupos sociais devem ser compreendidos em seu contexto específico, buscando entender suas idiossincrasias, para determinar estratégias que possam ser mais úteis do ponto de vista da política e suas instituições. Afinal, indaga a teórica, censurando Nancy Fraser (YOUNG, 1989, p. 152):

If the dichotomous categorization of redistribution and recognition does not correspond to reality, however, but is merely heuristic, how do we know that the tension is not merely an artefact of the theoretical dichotomy? Why should we accept Fraser's claim that the dichotomy reveals a fundamental political tension, rather than a superficial or even imagined one?⁴

Ainda que tenha assumido um compromisso com a teoria normativa, fazendo uma distinção apenas analítica das duas dimensões, Fraser foi fortemente criticada por essa perspectiva dicotômica. Young (1989) argumenta que esta categorização não compreende as demandas da maioria dos movimentos sociais, e o que Fraser (2001) chama de “reconhecimento” seria um meio para a igualdade econômica e social e para a liberdade que Fraser, na verdade, apresenta no lado oposto do espectro e denomina de redistribuição.

Um “remédio” teórico mais apropriado, de acordo com Young (1989), seria conceituar questões de justiça envolvendo reconhecimento e identidade como tendo implicações intrínsecas com pilares econômicos. Sendo assim, não é coerente analisar as demandas redistributivas apenas pelo ponto de vista da dinâmica de mercado ou de exploração econômica e privação. E conclui que enquanto o desprezo cultural de grupos

³ “Fraser está certa em ser crítica de que tendências para uma política de reconhecimento suplantem preocupações com a justiça econômica. Mas sua solução proposta, ou seja, a de reafirmar uma categoria de economia política inteiramente oposta à cultura, é pior do que a doença. Sua dicotomia entre economia e cultura política leva a deturpar os movimentos de libertação feministas, antirracistas e homossexuais, quando considera reconhecimento como um fim em si mesmo, quando eles são melhor compreendidos quando concebem reconhecimento cultural como um meio para a justiça econômica e política”. (YOUNG, 1989, p. 152, tradução nossa)

⁴ “Se a categorização dicotômica de redistribuição e reconhecimento não corresponde à realidade, todavia, mas é meramente heurística, como nós sabemos que a tensão não é apenas um artefato da dicotomia teórica? Por que deveríamos aceitar a afirmação de Fraser que a dicotomia revela uma tensão política fundamental, ao invés de uma tensão superficial ou mesmo imaginada?” (YOUNG, 1989, p. 152, tradução nossa)

produzir ou reforçar opressões econômicas estruturais, as duas lutas são contínuas (por reconhecimento e por redistribuição) (YOUNG, 1989).

Will Kymlicka (1995) concorda com Young (1989), ao advogar que todo conflito tem suas próprias peculiaridades históricas e circunstâncias únicas, e que, por essa razão, devem ser levadas em conta na elaboração de uma solução justa. O autor, balizado por exemplos históricos, identifica e esclarece alguns princípios relevantes, para a construção de uma abordagem liberal que abarque os direitos das minorias. Sua premissa norteadora concebe que “a verdadeira igualdade exige não um tratamento idêntico, mas ao invés disso, o tratamento diferencial, a fim de acomodar as necessidades diferenciais (KYMLICKA, 1995, p. 115)”. Em sua percepção, alguns direitos concedidos às minorias determinam uma precondição para promover a igualdade. Alguns grupos minoritários já possuem desvantagens intrínsecas que só podem ser erradicadas se algumas concessões forem admitidas, as políticas de reconhecimento têm esse escopo. Para uns, essas políticas podem ser encaradas como ações que engendram desigualdades, segundo algumas concepções liberais; ou, por outro lado, autores, como Kymlicka, advogam a perspectiva inversa, essas iniciativas promovem a igualdade.

Taylor (1997) converge com os argumentos de Kymlicka (1995). Inicia suas considerações com a discussão acerca dos incentivos e formas de realização das políticas públicas que tenham por objetivo o reconhecimento das diferenças existentes entre os indivíduos e os grupos culturais minoritários.

Enquanto a política de dignidade universal lutava por formas de não-discriminação que ignoravam consideravelmente as diferenças dos cidadãos, a política de diferença redefine frequentemente a não-discriminação como uma exigência que nos leva a fazer dessas distinções a base do tratamento diferencial. (TAYLOR, 1997, p. 39)

Taylor (1997) acredita que é precisamente a condição de ser diferente que tem suscitado críticas e conflitos, instigadas por uma identidade dominante ou majoritária. Diante disso, a questão do reconhecimento passa a ser vista como “uma necessidade humana vital”, já que a formação das identidades individuais e grupais estão ligadas diretamente (TAYLOR, 1997).

Honneth (2003), ao contrário de Fraser (2001), defende que todos os conflitos sociais têm como base uma luta por reconhecimento. Assim, propõe a utilização de

categorias explicativas da teoria do reconhecimento desenvolvida por ele, a partir da teoria do reconhecimento de Hegel, para analisar as demandas dos conflitos sociais contemporâneos. Ademais, de acordo com Honneth (2003), é o não reconhecimento que está na base dos sentimentos de sofrimento, humilhação e privação.

O ponto central de discordância entre Fraser (2001) e Honneth (2003) está na separação feita por ela entre demandas por reconhecimento e demandas por redistribuição, para que se possa entender as relações entre cultura e economia, status e classe no capitalismo contemporâneo. Compartilha do que advoga Young (1989), ao considerar que essa dicotomia entre as lutas suprime ou negligencia as lutas por reconhecimento presentes em todos os conflitos por igualdade. Para que se possa entender a especificidade do capitalismo contemporâneo, bem como a inter-relação entre as injustiças culturais e as econômicas, é fundamental uma análise mais profunda da lógica que está por trás de todos os conflitos sociais (FRASER; HONNETH, 2003).

A partir desta discussão, tornou-se evidente que os conflitos contemporâneos, que giram em torno das questões de redistribuição e reconhecimento, estão na ordem do dia e representam um grande desafio, tanto teórico quanto no âmbito das sociedades democráticas do nosso tempo. O reconhecimento, de acordo com as pressuposições teóricas, mostra-se unanimemente essencial. No entanto, a redistribuição mostra-se intrínseca a esta questão, para alguns autores, enquanto existe uma outra vertente explicativa que consegue dissociá-los; afinal, é possível? Diante do contexto de desigualdade material existente, direciono minha argumentação à corrente teórica que não dissocia a cultura da economia, que não admite o status dissociado da classe, o reconhecimento desagregado da redistribuição.

REFERÊNCIAS

FRASER, N. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé. (Org.). **Democracia hoje**. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, DF: UNB, 2001. p. 245-282.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange**. London; New York: Verso, 2003.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

KYMLICKA, W. **Multicultural citizenship: A liberal theory of minority rights**. Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford University Press, 1995.

TAYLOR, C. As fontes do self. A construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

YOUNG, Iris Marion. **Ethics**. Chicago: Chicago Press, 1989.